



Carmen Lúcia, ministra do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal. Paulo Lobo - JG/DF/Política

## Minuta do TSE cria obrigação para redes sociais na eleição

Relatora ainda deve apresentar versão final; plenário precisa aprovar resolução

Renata Gall

SÃO PAULO Foram publicadas nesta quarta-feira as minutas (rascunhos) das resoluções do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para as eleições de 2024. A relatora do processo de revisão das resoluções é a ministra Carmen Lúcia, que ainda deve apresentar as versões finais para apreciação do plenário da corte. Antes disso, o processo ainda prevê a realização de audiências públicas no final do mês de janeiro, do dia 23 ao 25. Para valerem na eleição, as normas devem ser aprovadas até 5 de março deste ano.

Na minuta da resolução sobre propaganda eleitoral, há proposta de novas obrigações para as redes sociais, especialmente no que se refere a banners sobre as urnas e a integridade da eleição. As sugestões para os textos das minutas de resolução podem ser enviadas por meio de formulário disponível no site do TSE. O prazo termina em 25 de janeiro.

Um dos itens sugere que se a responsabilidade das redes sociais que permitam a veiculação de conteúdo eleitoral a adoção e publicação de medidas para impedir ou diminuir a circulação de conteúdo

ilícito que atinja a integridade do processo eleitoral. Afirmar ainda que esta medida deve incluir a garantia de "mecanismos eficazes de notificação, acesso a canal de denúncias e ações corretivas e preventivas". Não está explícito na resolução se as plataformas estariam sujeitas a algum tipo de punição ou multa no caso de descumprimento. Até as últimas eleições, muitas das ações das plataformas estavam pautadas na assinatura de convênios com o TSE, que não eram obrigatórios. Eles não tratavam de tipos de conteúdos que as pla-

### Obrigações a redes propostas pelo TSE

- Dever de diminuir ou impedir circulação de conteúdo que atinja a integridade do pleito
- Criação de ferramentas de transparência sobre impulsionamento
- Explicitar informação se conteúdo for fabricado ou manipulado
- Vedação desde 48 horas antes do pleito até 24 horas depois a circulação paga de propaganda eleitoral na internet

taformas deviam ou não remover. Isso era definido pelas políticas de cada empresa. A minuta traz ainda a proposta de que as redes sociais que prestem "serviço de impulsionamento" fiquem obrigadas a manter ferramentas de transparência sobre a publicidade e sobre valores e responsabilidades pelo pagamento. Até então, algumas plataformas vinham implementando bibliotecas de anúncios, mas sem obrigatoriedade.

Outra novidade na minuta envolve o uso de conteúdos fabricados ou manipulados. O texto diz que, quando houver em parte ou integralmente criação, substituição, omissão, mescla, alteração de velocidade, ou sobreposição de imagens ou sons, por meio do uso de tecnologias digitais, incluindo tecnologias de inteligência artificial, isso deve ser informado.

Deve ser acompanhada de informação explícita e destacada de que o conteúdo foi fabricado ou manipulado e qual tecnologia foi utilizada, acrescenta a minuta.

Há um detalhamento de que essa obrigação se refere apenas à criação ou à edição de conteúdo sintético que "ilustre" ajustes destinados a melhorar a qualidade da imagem ou som".

O texto diz ainda que, no caso de descumprimento, cabe o que está previsto no artigo 233 do Código Eleitoral, que prevê detenção de dois meses a um ano, ou multa.

Outra previsão é a de que seja proibida a utilização na propaganda eleitoral de conteúdo fabricado ou manipulado de fatos sabidamente inverídicos ou gravemente desconformizados com potencial de causar danos ao equilíbrio do pleito ou à integridade do processo eleitoral.

Em relação a esta última vedação, a minuta sugere ainda que, após "notificação sobre ilicitude de conteúdo impulsionado", a rede social "responsável pela sua circulação adotará as providências para a apuração e indisponibilização". Propõe que também o conteúdo político-eleitoral veiculado antes do período de campanha "deve seguir regimento a respeito da transparência e aviso ao cidadão sobre o uso de tecnologias digitais" para manipulação dos conteúdos.

A minuta prevê que candi-

datos, partidos, federação e coligações devem verificar a presença de elementos que permitam concluir com razoável segurança que as informações veiculadas em propaganda eleitoral são confiáveis.

Nesse trecho, o texto propõe que a classificação feita por agências de verificação de fatos que tenham firmado termo de cooperação com o TSE pode ser utilizada como parâmetro para aferir a "validação ao dever de cuidado" previsto para as campanhas.

O texto também prevê uma série de regras sobre uso de dados pessoais sensíveis, como a proibição de formação de perfil de eleitores com base neste tipo de informação, salvo se obtido o consentimento específico.

Também são alvos da proposta impulsionamentos de conteúdos. A previsão é que eles só podem ser utilizados para beneficiar uma candidatura, e não para fazer propaganda negativa.

Há ainda regras para o caso de links patrocinados em plataformas de buscas, como o Google, vedando, por exemplo, uso do nome do adversário como palavra-chave.

Neste âmbito está também uma das regras da resolução aprovada a dez dias do segundo turno de 2022 pelo tribunal, a que veda desde 48 horas antes do pleito até 24 horas depois a circulação paga ou impulsionada de propaganda eleitoral na internet. Além de algumas alterações de redação, ela adiciona que cabe à plataforma realizar o desligamento dessas veiculações.

Entre as minutas disponibilizadas no site para consulta, não consta proposta de alteração dessa resolução que ampliou o poder de polícia do TSE sobre fake news contra o processo eleitoral. Um item que parece estar relacionado à regra diz que, no caso de propaganda eleitoral sobre este tema, as juízas e os juizes eleitorais ficarão vinculados às decisões do TSE "sobre o mesmo tema objeto quanto à remoção ou manutenção de conteúdos idênticos".

Adiciona ainda que "o exercício do poder de polícia que contrarie ou exorbite" em qualquer reclamação ao TSE.

Marcos Augusto Gonçalves

Excepcionalmente, a coluna não é publicada nesta sexta.

## Vice de Cláudio Castro comunica mudança para o MDB e gera crise no Governo do RJ

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O vice-governador do Rio de Janeiro, Thiago Pampholha (União Brasil), gerou uma crise na gestão Cláudio Castro (PL) ao comunicar a decisão de se filiar ao MDB. A mudança tem sido lida por aliados do governador como traição pela escolha de um partido mais próximo do governo Lula (PT) semanas depois de o STJ (Superior Tribunal de Justiça) avançar nas investigações contra Castro, filiado à sigla de Jair Bolsonaro. Pampholha nega traição e diz ter recebido apoio na escolha do partido, embora reconheça divergência sobre o momento da definição. Ele disse que aguardará a volta de Castro de uma viagem ao exterior para sacramentar a mudança e quer sua presença no ato de filiação.

A intenção de Pampholha de trocar de partido não era segredo no governo. Ele vinha conversando com outras siglas, como o PP e o diálogo com o MDB se intensificou em dezembro, quando ele e o governador do Pará, Hélder Barbalho (MDB), conversaram sobre o tema na COP-28, em Dubai.

Amovimentação tem como pano de fundo a disputa ao governo. Pampholha tem a expectativa de estar no comando do Palácio Guanabara durante as eleições de 2024, ten-



O vice-governador do RJ, Thiago Pampholha, durante evento. Alana Moraes - 19 Abr 23 / Viação Governo do RJ

do em vista que Castro quer se candidatar ao Senado, o que o obrigaria a renunciar em março daquele ano. Mas o vice-governador tem o mesmo espaço no partido, que ficará com o presidente da Assembleia Legislativa, Rodrigo Bacellar —de mudança do PL para União Brasil visto como potencial candidato.

Em reunião com Castro e

secretários na manhã desta quarta (4), Bacellar apresentou ao governador a opção de não deixar o cargo em 2026, se tiver garantia de uma vaga no Tribunal de Contas do Estado. "Os deputados com quem conversei todos apoiaram a mudança", disse Bacellar à Folha. A mudança também poderá ter reflexo no espectro dado ao MDB no governo. A sigla hoje

tem duas secretarias. Como Pampholha também é secretário de Ambiente e Sustentabilidade, o número subiria para três. No encontro, Castro também foi estimulado a retirar uma pasta do MDB. Pampholha disse que Castro não se opôs à escolha do partido, que também faz parte da base do governo estadual. Segundo ele, o governador ques-

tionou na conversa só o momento da escolha, em razão da possibilidade de criação da federação da União Brasil com o PP e o Republicanos.

O vice-diz que precisava decidir no início deste ano seu destino político para poder contribuir nas eleições municipais, decidindo também a vida de aliados.

"Muitos vereadores queriam saber para onde eu ia, para decidir a vida deste ano. Escolhi um partido da base do Cláudio também para afinar a orientação do partido com os objetivos do nosso líder político, que é o governador", disse.

Ele afirmou não ver crise no governo, mas apenas a intenção de "pessoas que querem criar atrito onde não existe". Pampholha tornou vice durante as eleições, após o ex-deputado Washington Reis, do MDB, ser vetado pela Justiça Eleitoral em razão da Lei da Ficha Limpa.

Com atuação discreta, ele vinha sendo apontado por Castro como sucessor natural. Contudo, a possível pretensão de Bacellar, aliado do governador, em disputar o cargo sempre gerou dúvidas no vice sobre o real apoio para a empreitada.

O governador, por sua vez, enfrenta delicado momento político após o STJ autorizar a quebra de seus sigilos bancários, fiscais e telemáticos e buscas contra três no-

celou uma viagem marcada que faria à China, agendada para o dia 3 de janeiro. Após a visita de caráter oficial ao país asiático, Castro iria passar férias com a família nos Estados Unidos e voltaria só no fim do mês. O passeio de descanso ainda pode acontecer.

A motivação está justamente nas investigações. Aliados do governador ouvidos pela Folha afirmam que a operação contra Sarcia Rocha (que é filha do madrinha de Castro) foi sentida como um golpe do pelo governador, devido à proximidade entre os dois.

A investigação da PF apura um esquema de desvio de dinheiro de programas da assistência social do estado, entre os anos 2017 e 2020 —época em que Castro era vereador e, depois, vice-governador.

O chefe do Palácio Guanabara é investigado sob suspeita de ter recebido propina de empresários ligados aos projetos sociais, conforme apontam as delações do empresário Marcos Vinícius Azevedo da Silva, ex-assessor de Castro, e de Bruno Selem, funcionário da Servlog, empresa envolvida no esquema.

De acordo com as investigações, Sarcia é um dos operadores do desvio de verba pública. Ele e Castro negam as acusações. No dia da operação, o governador divulgou uma nota dizendo que o desdobramento do caso por meio de medidas cautelares, quatro anos depois de as acusações virem à tona, mostra que "não há nada contra ele".